

⇒ **Equipe Necessária**

A equipe necessária para implantação deste programa será de 1 biólogo (ou similar) para as atividades de planejamento e coordenação do programa e 3 técnicos de nível médio (modalidade: viveiristas) para implantação do programa como preparo do solo e plantio de mudas.

9.3.2) PROGRAMA DE RESGATE E RELOCAÇÃO DA FAUNA

Justificativa

Tendo em vista a supressão de vegetação e de habitats naturais, por consequência da implantação da pista 2 do aeroporto e da construção do novo terminal de embarque/desembarque de passageiros, torna-se fundamental a implementação e desenvolvimento de um programa específico objetivando o resgate da fauna a ser desalojada.

Objetivo

Este programa busca, prioritariamente, a mitigação de possíveis perdas de espécies faunísticas durante o desmatamento, procurando-se assim restringir a redução do tamanho das populações verificadas na ADA.

Outra meta importante deste programa é reduzir acidentes com animais peçonhentos, em função da supressão de vegetação, principalmente serpentes.

Principais Atividades

- ⇒ Realização de censo das espécies que ocupam os remanescentes que serão atingidos;
- ⇒ Avaliação da capacidade de suporte dos remanescentes adjacentes, com escolha de áreas preferenciais para relocação de fauna, quando necessário;
- ⇒ Contato e formação de convênio com instituições que poderão abrigar espécimes capturados;
- ⇒ Formação de equipe treinada para acompanhar os trabalhos de desmatamento que serão realizados, resgatando os indivíduos da fauna que não conseguirem deslocar-se para áreas adjacentes;
- ⇒ Promover, nos remanescentes florestais da ADA que guardam continuidade com os da área de seu entorno, a supressão orientada da vegetação de tal forma impulsionar as espécimes residentes a se deslocarem das parcelas que serão inundadas;
- ⇒ Monitoramento dos indivíduos resgatados.

Coordenação, Instituições envolvidas e Parcerias

A execução desse Programa deverá estar sob a responsabilidade do empreendedor, com equipe técnica especializada composta por: biólogos, veterinários e auxiliares de campo, munidos de equipamento e infra-estrutura adequada. Recomenda-se que seja firmado convênio com a Polícia Florestal de forma a colaborar tanto no processo de salvamento como na fiscalização da área de entorno a ADA, coibindo a caça e coleta de espécimes. Deverão ser realizados convênios com instituições como zoológicos, museus de zoologia nas

universidades, para a deposição dos animais resgatados mortos, ou para aqueles que não for possível sua adequada relocação nos fragmentos remanescentes da região.

Cronograma

O programa será desenvolvido anterior à supressão da vegetação, para os trabalhos de censo e avaliação das vegetações remanescentes. Durante a operação de desmatamentos, serão realizadas as atividades de resgate. Findo o resgate dos animais e contabilizados as espécies e indivíduos relocados, esses deverão ser monitorados por mais um ano, para verificar a sua adaptação ao novo ambiente.

Equipe Necessária

Será necessária a formação de uma equipe multidisciplinar composta por biólogos e/ou veterinários que dominem as técnicas e metodologias de coleta para os diferentes grupos que serão capturados. Também será necessária a contratação de especialistas para a identificação correta dos diversos grupos faunísticos que serão capturados, a fim de se obter informações mais precisas sobre a biologia dos animais.

9.3.3) PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E COMUNIDADES HIDROBIOLÓGICAS

⇒ **Justificativas**

O Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Comunidades Hidrobiológicas permitirá diagnosticar os principais problemas, já elencados no presente estudo ambiental, e assegurar a implementação de possíveis ações corretivas durante o andamento da obra. Os pontos a serem monitorados deverão ser os mesmos investigados neste estudo.

⇒ **Objetivos**

- ⇒ Verificação da evolução da qualidade das águas e da estrutura das comunidades aquáticas, a jusante e em seus principais tributários;
- ⇒ Caracterizar a variação espacial e sazonal da qualidade da água;
- ⇒ Identificar as áreas de entrada de poluição;
- ⇒ Subsidiar ações de controle e planejamento na Área de Influência do Aeroporto;
- ⇒ Se necessário, adoção de medidas para minimizar ou eliminar problemas verificados através dos resultados do Programa em questão.

⇒ **Principais Atividades**

Deverão ser acompanhados os principais riscos de alteração da qualidade de água em função das obras, descritos abaixo:

- ⇒ Monitoramento antes do início das obras e monitorar os principais efeitos decorrentes das atividades antrópicas;
- ⇒ Na fase de ampliação do aeroporto serão monitorados seus efeitos nos aspectos biológicos e físico-químicos.

⇒ Monitoramento posterior à ampliação, uma vez que esses cursos d'água receberão o escoamento as águas pluviais de toda a área do aeroporto.

Relativamente aos grupos de insetos que poderão surgir e proliferar, aptos a transmitir doenças ou causarem incômodos. Algumas famílias de Diptera deverão merecer especial atenção no monitoramento.

A frequência de realização de análises deverá ser:

- ⇒ Trimestral durante os 3 primeiros anos, sendo reavaliado após a obtenção desses resultados.
- ⇒ Deverão ser analisados, no mínimo, os seguintes parâmetros: temperatura do ar, temperatura da água, turbidez, cor, transparência, pH, condutividade, alcalinidade, oxigênio dissolvido, série nitrogenada (amônia, nitrito, nitrato, nitrogênio total), série fosfatada (fosfato total, ortofosfato), sílica reativa, sólidos dissolvidos, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, sólidos totais, óleos e graxas, coliformes fecais, clorofila a, fitoplâncton, zooplâncton e organismos bentônicos.

Sugere-se que a avaliação dos resultados analíticos seja realizada logo após a coleta dos dados e consolidada através de relatório específico, com destaque para os eventuais problemas identificados e o respectivo plano de ações recomendado.

⇒ **Coordenação, Instituições envolvidas e Parcerias**

A implementação e desenvolvimento desse programa é responsabilidade do empreendedor, que deverá contratar um profissional especializado para a coordenação do programa, assim como os serviços especializados de laboratório de análises ambientais.

⇒ **Cronograma**

Este monitoramento se faz necessário por um período aproximado de 4 anos, durante as fases de implantação (obras) e operação, dessa forma, a avaliação das condições evolutivas da biota aquática e da qualidade da mesma.

⇒ **Equipe necessária**

Será necessário um técnico que conheça as metodologias de coleta do material, de maneira que as amostras coletadas sejam representativas do meio aquático do local do empreendimento, e que as metodologias de coleta não interfiram nos resultados.

9.3.4.) PROGRAMA DE APOIO ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REGIONAIS

⇒ **Justificativa**

Tendo em vista a supressão de vegetação e de habitats naturais e de acordo com a resolução CONAMA nº 2/1996, a Lei Federal 9.985/2.000 e a Resolução SMA nº 16/2.001 que determinam que o empreendedor têm que cumprir com a obrigação de compensação ambiental por degradação ocasionada pela implantação de atividade ou empreendimento sujeito à obtenção de quaisquer das espécies de licença ambiental, torna-se necessário a

implementação e desenvolvimento de um programa específico para a compensação definida na legislação.

⇒ **Objetivo**

Este programa busca compensar os impactos ambientais prioritariamente, as possíveis perdas de espécies florísticas e faunísticas na implantação deste empreendimento, procurando-se preservar a qualidade ambiental regional.

⇒ **Procedimentos Metodológicos**

O procedimento da escolha da área, a definição de valor e a forma de pagamento da compensação ambiental é definida com apoio de legislação específica, e efetuada junto aos órgãos ambientais competentes.

Assim a definição desta compensação deve ser realizada junto ao órgão licenciador, com definição das áreas de acordo com as necessidades regionais. Sugere-se o apoio às unidades já existentes e a aquisição e formação de novas áreas protegidas, uma vez que, o montante financeiro tem capacidade para a aquisição de novas áreas na região de Campinas, que se encontra atualmente com poucos remanescentes significativos. Neste trabalho foi apresentado um estudo sobre a Compensação Ambiental com indicação dessas áreas.

⇒ **Órgãos Intervenientes e Responsabilidade**

A execução desse Programa deverá estar sob a responsabilidade do empreendedor, com equipe técnica especializada, e a equipe técnica do órgão ambiental estadual.

⇒ **Cronograma**

A efetivação deste programa através do pagamento da compensação ambiental deverá ser feito de acordo com o cronograma definido por autoridade ambiental.

9.4) PROGRAMAS DO MEIO SOCIOECONÔMICO

9.4.1) Plano de Comunicação Social

⇒ **Justificativa**

A ampliação do aeroporto é uma obra cujo porte e as características induzem a necessidade do desenvolvimento de diversas ações de comunicação, seja durante as suas fases de planejamento e implantação, seja durante sua operação.

Durante a fase de implantação, estas ações de comunicação social merecem uma atenção especial, pois, visam, principalmente, o esclarecimento de dúvidas da população quanto ao projeto e à sua abrangência temporal e espacial, contribuindo sobremaneira para minimizar

impactos negativos (por exemplo, insegurança da população afetada e riscos de acidentes viários nas proximidades das obras) e potencializar impactos positivos (Dinamização da economia regional e geração de empregos diretos e indiretos) identificados no Capítulo 8 – Impactos Ambientais.

Desta forma, a execução de um Plano de Comunicação Social justifica-se pela necessidade de abertura de um canal de comunicação entre o empreendedor, as instituições que atuam na região e a população afetada. Neste sentido, é fundamental a execução deste Plano como um instrumento para que seja promovida a equalização do nível de informações entre o empreendedor e a população local, o que assegurará a democratização do processo de implantação do empreendimento.

Por fim, cabe citar que serão realizados, dentro do Plano de Comunicação Social, programas de comunicação com temas específicos. Assim, o Plano de Comunicação Social também se justifica em função da necessidade de coordenação das ações dos programas a ele subordinados.

⇒ **Objetivos**

O objetivo principal a ser alcançado é a implantação de canais oficiais de divulgação das atividades do empreendimento e um sistema interativo com os grupos de interesse e instituições, visando o nivelamento e a democratização das informações, possibilitando o envolvimento e a participação do público nas ações ambientais destinadas a ele.

Os objetivos secundários deste Plano de Comunicação Social são:

- contribuir para a minimização das interferências da obra na rotina da comunidade afetada, orientando-a sobre procedimentos e medidas adotadas pela empresa;
- apoiar os demais programas e projetos, subsidiando o planejamento e a execução das diversas ações que apresentem interfaces com as atividades de comunicação.
- implementação de ações de comunicação social para apresentação e discussão dos programas e projetos propostos voltados à minimização / potencialização dos impactos;
- assegurar que a comunidade envolvida tenha referências suficientes sobre o andamento de todas as etapas do empreendimento;
- diminuir a ansiedade provocada pela obra na população;
- minimizar os impactos decorrentes do contato entre os trabalhadores da obra e a comunidade local;
- otimizar os benefícios proporcionados pelo empreendimento, principalmente os relacionados à geração de emprego na região;
- coordenar as atividades dos programas subordinados a este plano, de forma a garantir o bom desenvolvimento dos mesmos.

⇒ **Principais Atividades**

❖ **Atividades exclusivas do Plano de Comunicação Social**

- Integração de informações resultantes de outros programas ambientais;
- Montagem de um banco de dados do programa;
- Elaboração detalhada do Plano de Comunicação da Ampliação do Aeroporto de Viracopos/Campinas;

- Treinamento e capacitação de profissionais incumbidos de realizar a comunicação social;
- Avaliação da viabilidade da implantação de serviço de atendimento telefônico por 0800;
- Identificação e caracterização de públicos-alvos específicos;
- Preparação de um plano de divulgação das atividades da obra (cronograma de obras);
- Realização de contatos com a mídia de alcance local e regional;
- Organização e realização de eventos com os diversos atores sociais e públicos-alvos identificados;
- Manutenção de atividades conjuntas com outros projetos ambientais;
- Integração do Programa de Comunicação Social na estrutura de relações públicas da Infraero.

❖ Atividades relacionadas aos programas subordinados

- Realização de reuniões de partida com os responsáveis pelos programas subordinados ao Plano de Comunicação Social;
- Organização de um cronograma integrado de todo o plano, inclusive com as atividades dos programas;
- Realização de reuniões de acompanhamento dos programas subordinados ao Plano de Comunicação Social;
- Preparação do material de comunicação social a ser utilizado nestes programas.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

A coordenação e execução deste programa são de responsabilidade do empreendedor, que, para tanto, deverá contratar equipe técnica compatível às exigências do programa. Por sua vez, esta equipe técnica manterá contatos com as prefeituras municipais de Campinas e Indaiatuba e representantes da sociedade civil, para otimização dos resultados do programa.

⇒ **Cronograma**

A execução deste Plano deverá ser iniciada imediatamente após a emissão da Licença Prévia – LP e durará durante toda a etapa de implantação do empreendimento, sendo incorporada à estrutura de comunicação da Infraero no início da fase de operação.

⇒ **Equipe Necessária**

A equipe necessária estimada para execução deste plano é composta por dois profissionais de nível superior, com experiência na comunicação de assuntos ambientais e aeronáuticos / aeroportuários. Além destes profissionais, também é necessário um profissional de nível médio, para atividades de apoio.

Cabe ressaltar que esta equipe restringe-se às atividades do Plano de Comunicação Social, não considerando as equipes necessárias para execução dos programas que compõem este plano, descritas adiante, no texto relativo a cada programa.

9.4.2) Programa de Segurança no Trânsito e Prevenção de Acidentes

⇒ **Justificativa**

Por conta das obras de ampliação do aeroporto, o volume de tráfego de veículos pesados no entorno do empreendimento aumentará significativamente após o início das obras. Também haverá mudanças no traçado do sistema viário local e surgirá um grande fluxo de pessoas nas proximidades das obras e dentro do canteiro de obras. Logo, os riscos de acidentes trânsito envolvendo os veículos relacionados à obra também aumentarão.

Em virtude dessa situação foi identificado e descrito o impacto intitulado “Riscos de acidentes viários nas proximidades das obras”. Como medida de ação sobre esse impacto se impõe à necessidade de realizar atividades educacionais preventivas e adequações nas vias, objetivando a redução deste impacto. Desta forma, faz-se necessário um programa de segurança no tráfego e prevenção de acidentes, que coordene a realização das atividades educacionais preventivas e adequações nas vias.

⇒ **Objetivos**

O objetivo principal deste programa é a redução do risco de ocorrência de acidentes viários no entorno do empreendimento. No entanto, para sua consecução faz-se necessário o estabelecimento de outros objetivos secundários, a saber:

- treinamento de direção defensiva para os trabalhadores envolvidos na obra;
- divulgação das leis de trânsito e dos riscos inerentes ao desrespeito dessa legislação, à comunidade e aos trabalhadores da obra;
- implantação de sinalização adequada, evidenciando os pontos mais perigosos;
- implantação de redutores de velocidades (lombadas) em trechos críticos da via.

⇒ **Principais Atividades**

- divisão dos trabalhadores da obra em grupos de treinamento;
- definição de formas de treinamento a serem adotadas (palestras, oficinas, cursos);
- definição de temas a serem abordados nas ações de treinamento (legislação de trânsito, relacionamento entre motoristas e pedestres, técnicas de direção defensiva e de redução dos riscos de acidentes de trânsito, entre outros);
- definição dos tipos de sinalização a ser implantada (informações sobre as vias de circulação – tais como velocidade máxima permitida, orientação de curvas – e a segurança – tais como sinalização dos locais com maior risco de acidente);
- definição dos locais de implantação da sinalização vertical e horizontal;
- produção e instalação da sinalização necessária;
- definição de trechos críticos das vias e implantação de redutores de velocidades (lombadas) nestes locais;
- avaliação da necessidade de criação de uma identificação visual para os veículos envolvidos na obra
- formulação de convênios com a Polícia Rodoviária e a com a concessionária da Rodovia SP-075 (Rodovia Santos Dumont).

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

O empreendedor será o responsável pela implantação do programa, cabendo a ele a organização das atividades propostas e contratação do pessoal encarregado pelo desenvolvimento de tais atividades. Ressalta-se, porém, a necessidade de integração deste programa ao Programa de Comunicação Social, no que tange o desenvolvimento de ações de comunicação perante a população do entorno.

⇒ **Cronograma**

O prazo para a implantação desse Programa é o início da mobilização da mão-de-obra que trabalhará no empreendimento e seu período de execução deverá corresponder a toda a fase de implantação do empreendimento.

⇒ **Equipe Necessária**

As atividades serão coordenadas por um engenheiro civil (poderá ser o engenheiro responsável pela obra, ou outro profissional, conforme a conveniência para o empreendedor), que para a execução dos trabalhos contará com apoio de um técnico em segurança no trabalho e de pessoal responsável pela implantação de sinalização e adequações físicas na estrada. Por fim, convém destacar que a equipe poderá ainda ser composta por consultores para assuntos específicos.

9.4.3) Programa de Educação Ambiental

⇒ **Justificativa**

Toda vez que um novo empreendimento se insere em um local, surgem situações de conflito e impactos ambientais. Isto decorre da relação entre a população local e os funcionários que lá trabalharão durante o período de obras e de operação do empreendimento, as estruturas do empreendimento e seu processo produtivo.

Portanto, é fundamental que os elementos participantes deste processo – população local, empreendedor e trabalhadores – conheçam e compreendam os diversos elementos que compõem aquele novo meio que está se formando. Pois, tal compreensão possibilitará o entendimento da necessidade de um relacionamento mais harmonioso entre os envolvidos.

Para que esta compreensão dos elementos que compõem este novo ambiente ocorra e que haja a compreensão por parte dos funcionários em lidar harmoniosamente com o ambiente é necessária, entre outras coisas, à realização de algumas atividades educativas. Neste contexto faz-se necessária a realização de um Programa de Educação Ambiental, que coordene estas atividades educativas e realize as demais ações necessárias à realização destas atividades.

⇒ **Objetivos**

O objetivo principal deste programa é a promoção de atividades educativas junto aos trabalhadores da obra e à comunidade do entorno, para redução dos conflitos e impactos ambientais gerados a partir da nova configuração do ambiente local. No entanto, para sua consecução faz-se necessário o estabelecimento de outros objetivos secundários, a saber:

- otimização e racionalização dos procedimentos rotineiros da obra, evitando formação de empoçamentos de água e destinação inadequada de materiais;
- conscientização dos funcionários quanto ao seu papel no processo de melhoria da qualidade de vida da população local e do seu próprio ambiente de trabalho;
- conscientização ambiental da população local através da disseminação do programa nas escolas públicas locais;
- percepção e refinamento do sentido de cidadania nos operários e na população local.

⇒ **Principais Atividades**

As principais ações previstas para se atingir os objetivos propostos são as seguintes:

- Incorporação do programa na estrutura de recursos humanos da empresa empreendedora e envolvimento das empreiteiras contratadas para serviços auxiliares da obra;
- Elaboração de um plano de ação, definindo objetivos, métodos e estratégias de estruturação do programa de educação ambiental;
- Contratação, treinamento e capacitação de profissionais a serem incumbidos de desenvolver o programa;
- Fiscalização e correção de procedimentos rotineiros da obra, a fim de se evitar problemas ambientais;
- Elaboração de cronograma, definição do conteúdo e realização de atividades educativas com a mão-de-obra envolvida no empreendimento, ressaltando as principais características ambientais da região e as práticas mais adequadas ambientalmente para o desenvolvimento das atividades profissionais de cada segmento de trabalhadores;
- Elaboração de cronograma, definição do conteúdo e realização de ações educativas (reuniões, palestras e cursos) a serem desenvolvidos junto às comunidades do entorno.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

Este programa é de responsabilidade exclusiva do empreendedor, o qual ficará responsável pela organização e coordenação da equipe técnica responsável. No entanto, deverá haver inclusão das empreiteiras contratadas, para realização de atividades educativas. Assim como poderão ser firmadas parcerias com instituições de ensino da região para ampliação dos resultados do programa.

⇒ **Cronograma**

O programa deverá ser totalmente realizado num prazo de dois anos, iniciado imediatamente após a obtenção da LI.

⇒ **Equipe Necessária**

Para a execução do Programa de Educação Ambiental serão necessários dois profissionais de nível superior, com experiência em educação ambiental, e um estagiário.

9.4.4) Programa de Comunicação de Emergência e Alerta

⇒ **Justificativa**

Conforme apontado no Capítulo 8 – Impactos Ambientais, a ampliação do Aeroporto de Viracopos, com o expressivo crescimento do tráfego aéreo, poderá resultar no “*Aumento do risco de acidentes aeronáuticos*”. Na descrição deste impacto são apontadas as diferentes formas de risco da atividade aeroportuária e, sobretudo, é apontado que este risco é inerente à atividade, assim como qualquer outra atividade humana também possui risco de acidentes.

Neste contexto, a atividade aeroportuária é regulamentada por um grande número de normas nacionais e internacionais, que possuem a função de diminuir este risco inerente à atividade aeroportuária. Em atendimento a estas normas, o aeroporto de Viracopos, assim como os demais aeroportos, possui Plano de Emergência Aeronáutica. Este Plano de Emergência, por sua vez, define procedimentos para diferentes tipos de emergência (emergências aeronáutica, médica, por materiais perigosos, por desastres naturais e por incêndio em instalações e edificações).

Em virtude do risco identificado e da existência do Plano de Emergência, verifica-se a necessidade de apresentação destas questões às comunidades do entorno, de maneira a reduzir a insegurança dessa população em relação ao tema. Além disso, o programa também tem como função indicar às comunidades formas de procedimento em casos de emergência.

⇒ **Objetivos**

O objetivo principal deste programa é abrir um canal de comunicação entre a população do entorno e a Infraero, para o desenvolvimento de atividades de comunicação relativas às emergências aeronáuticas, visando a redução da insegurança desta população em relação a estes riscos. No entanto, para se atender tal objetivo principal, torna-se necessária a definição dos seguintes objetivos secundários:

- Divulgar a existência e o conteúdo do Plano de Emergência Aeronáutica do Aeroporto Internacional de Viracopos / Campinas;
- Identificar agentes sociais da região que possam atuar junto à Infraero na questão do gerenciamento de emergências;
- Avaliar possibilidades de integração da comunidade em ações do Plano de Emergência Aeronáutica.

⇒ **Principais Atividades**

- Identificação dos atores sociais e entidades que atuam na região do entorno do empreendimento;

- Realização de reuniões iniciais para apresentação da proposta do programa e levantamento de expectativas das partes envolvidas;
- Levantamento das possibilidades de inserção destes atores sociais e entidades, na execução do programa;
- Desenvolvimento de rotinas de comunicação sobre o programa entre os participantes;
- Execução das ações de comunicação sobre o Plano de Emergência Aeronáutica;
- Realização de reuniões periódicas de acompanhamento das atividades desenvolvidas e do cumprimento das metas estabelecidas.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

Este programa é de responsabilidade exclusiva do empreendedor, o qual ficará responsável pela organização e coordenação da equipe técnica responsável.

⇒ **Cronograma**

O programa deverá ser iniciado 6 meses antes do término das obras e ser executado por 6 após a emissão da LO. Posteriormente o programa deverá ser incluído na organização institucional do empreendedor, que deverá manter atividades periódicas de comunicação com as comunidades afetadas.

⇒ **Equipe Necessária**

A coordenação da equipe técnica responsável pela execução deste Programa deverá ficar a cargo de um funcionário da Infraero, preferencialmente um funcionário ligado à Supervisão do Aeroporto de Viracopos e/ou que já desenvolva comunicação com as comunidades afetadas. Este coordenador, no entanto, contará com o apoio de um profissional de comunicação e da equipe responsável pela elaboração do Plano de Emergência Aeronáutica ou de consultores da área.

9.4.5) Processo de Negociação com a População Afetada

⇒ **Justificativa**

A expansão do sítio aeroportuário visando a ampliação futura da infra-estrutura aeroportuária conforme Plano Diretor, irá comprometer diversas edificações, benfeitorias, pastagens e culturas formadas. É imperativo, portanto, a implementação de um Processo de Negociação com a População Afetada, que abranja as diferentes etapas desta negociação (cadastramento, apoio à regularização fundiária e reassentamento).

Este processo tem como papel fundamental garantir aos proprietários das áreas que serão afetadas diretamente, a melhor forma possível de negociação destas áreas. Esta medida diminui a insegurança e a ansiedade da população afetada, melhorando, inclusive, a qualidade de vida população diretamente afetada.

Assim, as definições das formas de negociação e indenização são fundamentais para o bom andamento de toda a implantação do empreendimento. A partir da boa execução do Processo de Negociação com a População Afetada, certamente o empreendedor contará com maior

apoio da população na implantação dos demais Programas Ambientais, que envolvam as populações da área diretamente afetada e do entorno.

⇒ **Objetivos**

O objetivo final do programa é viabilizar a aquisição das terras para ampliação futura do empreendimento, preservando os interesses das partes envolvidas no processo, sem qualquer prejuízo às mesmas.

Visando atender este objetivo principal também foram definidos os seguintes objetivos secundários:

- acompanhar o processo de indenização das terras afetadas, atentando para desdobramentos sócio-ambientais deste processo;
- estabelecer os critérios de negociação e de elaboração dos cálculos e procedimentos para a determinação dos valores das terras e benfeitorias;
- coordenar as ações dos diversos programas que fazem parte deste plano;
- atender aos critérios estabelecidos pela Norma ABNT/NBR-14653, para negociação com a população afetada.

⇒ **Principais Atividades**

O Processo de Negociação com a População Afetada incorpora três programas, a saber: Programa de Cadastramento da População Afetada, Programa de Apoio à Regularização Fundiária e Plano de Atendimento. Por conta desta situação, no presente texto serão apresentadas somente as atividades restritas do Processo de Negociação com a População Afetada (exclusivas ou de coordenação dos demais programas), visto que as ações de cada programa subordinado ao Processo de Negociação com a População Afetada serão descritas adiante.

Seguem abaixo as atividades do Processo de Negociação com a População Afetada:

❖ **Atividades exclusivas do Processo de Negociação com a População Afetada:**

- Definição das diretrizes do Processo de Negociação com a População Afetada;
- Atualização dos decretos para desapropriação das terras do sítio aeroportuário;
- Montagem de um banco de dados do programa;
- Elaboração da proposta para o material de comunicação social relativo ao Plano;
- Encaminhamento e discussão da proposta do material de comunicação social, com os responsáveis pelo Plano de Comunicação Social;
- Adaptação dos procedimentos previstos e já usualmente adotados à Norma ABNT/NBR-14653;
- Treinamento e capacitação de profissionais incumbidos de realizar as ações de negociação com a população afetada;
- Organização e realização de eventos com os diversos atores sociais e públicos-alvos do Plano, para divulgação de suas atividades.

❖ **Atividades relacionadas aos programas subordinados**

- Realização de reuniões de partida com os responsáveis pelos programas subordinados ao Processo de Negociação com a População Afetada;

- Organização de um cronograma integrado de todo o plano, inclusive com as atividades dos programas subordinados;
- Realização de reuniões de acompanhamento dos programas subordinados ao Plano de Comunicação Social.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

O Processo de Negociação é de responsabilidade do empreendedor, que no entanto, deverá firmar parcerias institucionais com Estado e Município.

⇒ **Equipe Necessária**

A equipe responsável pela execução deste programa deverá ser coordenada necessariamente por um representante da Infraero, de preferência um funcionário que acompanhou o histórico das ações de desapropriação deste empreendimento. Para tanto ele contará com o apoio de assessoramento técnico e jurídico de empresa especializada contratada por meio de licitação. A empresa contratada contará com equipe mínima composta por 1 engenheiro civil ou arquiteto, 3 advogados, 1 profissional Social, 1 consultor, 1 Coordenador Executivo e pessoal de apoio administrativo.

9.4.6) Programa de Cadastramento da População Afetada

⇒ **Justificativa**

Entre abril e novembro de 2006 a Infraero executou, por meio de empresa técnica especializada contratada por meio de licitação, um trabalho de diagnóstico das comunidades inseridas nas áreas de desapropriação definidas Decretos nº. 15.378/06 e 15.503/06. Este trabalho resultou na elaboração do Diagnóstico Integrado do Programa de Atendimento às Famílias do Entorno de Viracopos.

Este trabalho apresenta um diagnóstico consistente das propriedades e das famílias diretamente afetadas pela ampliação do aeroporto, considerando os decretos citados anteriormente. No entanto, como pode ser verificado em outras partes deste estudo, haverá a necessidade de revisão dos decretos de desapropriação para ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas. Conseqüentemente a esta atualização, deverá ser procedido um novo cadastro da população e imóveis afetados, como suporte ao processo de negociação para a desapropriação dos imóveis.

⇒ **Objetivos**

O objetivo principal deste programa é promover a atualização do cadastramento social e físico das famílias e imóveis em assentamentos regulares e irregulares e acompanhamento do Plano de Atendimento, nas áreas diretamente afetadas pelo empreendimento.

⇒ **Principais Atividades**

- Montagem de um Posto de Atendimento da população diretamente afetada pelo empreendimento;
- Definição da metodologia, dos procedimentos e dos documentos necessários para cadastramento e vistoria dos imóveis;
- Realização de ações de comunicação sobre o cadastramento das famílias e propriedades diretamente afetadas;
- Montagem de um banco de dados para cadastramento;
- Realização dos cadastramentos individuais das famílias e propriedades diretamente afetados pelo empreendimento;
- Realização de reuniões mensais de monitoramento do programa;
- Elaboração de relatórios de atividades sucintos;
- Elaboração de um relatório final do programa.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

A montagem da equipe responsável pelo programa e a execução do mesmo são de responsabilidade do empreendedor, que, no entanto, poderá realizar parcerias com a Prefeitura Municipal de Campinas, com associações de bairro e com outras instituições, para potencializar as ações do programa.

⇒ **Equipe Necessária**

Para a execução deste programa será necessária a estruturação de uma equipe técnica mínima composta por profissional de comunicação social, assistentes sociais, arquitetos e engenheiro civil.

9.4.7) Programa de Apoio à Regularização Fundiária

⇒ **Justificativa**

Conforme apontado anteriormente, a boa execução do Processo de Negociação com a população Afetada, diminuirá a insegurança e a ansiedade da população, melhorando, inclusive, a qualidade de vida da população diretamente afetada e resultará em maior apoio da população na implantação dos demais Programas Ambientais.

⇒ **Objetivos**

O objetivo principal deste programa é a promoção do apoio à população diretamente afetada para a regularização fundiária de suas propriedades, reduzindo o tempo necessário para o pagamento e o recebimento das indenizações. Para tanto, o Programa também conta com os seguintes objetivos secundários:

- Identificar os casos em que há necessidade de apoio à regularização fundiária;
- orientar a população diretamente afetada, em ações de regularização fundiária, quando cabível e necessário.

⇒ **Principais Atividades**

- Montagem de um posto de atendimento à população atendida pelo programa;
- Montagem de um banco de dados do Programa;
- Divulgação da documentação necessária para a regularização fundiária;
- Avaliação individual dos casos que requerem apoio à regularização fundiária;
- Realização de reuniões mensais de monitoramento do programa;
- Elaboração de relatórios mensais de atividades sucintos;
- Elaboração de um relatório final do programa.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

A montagem da equipe responsável pelo programa e a execução do mesmo são de responsabilidade do empreendedor, que, no entanto, poderá realizar parcerias com a Prefeitura Municipal de Campinas, com associações de bairro e com outras instituições, para potencializar as ações do programa.

9.4.8) Plano de Atendimento

⇒ **Justificativa**

Como pôde ser verificado ao longo deste estudo, a remoção de parte da população residente no entorno do aeroporto de Viracopos é um dos principais impactos ambientais deste empreendimento. A fim de se corrigir e compensar este impacto, faz-se necessário um Plano de Atendimento, que poderá se dar por meio de indenização ou reassentamento.

⇒ **Objetivos**

O principal objetivo deste Programa é assegurar à população diretamente afetada pelo empreendimento, melhores condições de vida, apesar do fato da remoção.

⇒ **Principais Atividades**

- Avaliação das informações obtidas no Programa de Cadastramento da População Afetada;
- Realização de reuniões individuais com as famílias a serem atendidas;
- Realização de reuniões mensais de monitoramento do programa;
- Elaboração de relatórios mensais de atividades sucintos;
- Elaboração de um relatório final do programa.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

A responsabilidade pela execução do Plano de Atendimento é do empreendedor, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Campinas. Poderão também ser realizadas parcerias com outras instituições para potencializar as ações do programa.

9.4.9) Programa de Ação Integrada entre as Prefeituras de Campinas e Indaiatuba e a Infraero

⇒ Justificativa

Durante a identificação e classificação dos impactos, verificou-se que vários deles podem ser potencializados, prevenidos ou corrigidos a partir de uma atuação das Prefeituras Municipais de Campinas e Indaiatuba, em parceria com a Infraero. Estes impactos relacionam-se à dinamização da economia (por exemplo, “Geração de empregos diretos e indiretos”, “Incremento nas receitas fiscais” e “Dinamização da economia regional”), ao processo de desapropriação da população afetada (por exemplo, “Desapropriação de áreas rurais” e “Desapropriação de áreas urbanas”) e, principalmente, relacionados ao uso do solo (tais como, “Risco de descumprimento da Legislação de Uso e Ocupação do Solo” e “Indução à alteração do Uso e da Ocupação do Solo em terrenos da Macrozona 7”); entre outros impactos.

Como forma de ação sobre estes impactos foram propostas diversas medidas de controle que necessitam da integração entre as Prefeituras Municipais de Campinas e Indaiatuba e a Infraero. Tal integração decorre da necessidade de se intensificar processos de fiscalização que devem ser realizados pelo poder público, sobretudo em relação à legislação de uso e ocupação do solo, na condução do plano de atendimento à população diretamente afetada; bem como, para a maximização dos impostos recolhidos pelo empreendedor.

Desta forma, este programa faz-se necessário para coordenar a execução destas medidas e estabelecer os procedimentos e compromissos das partes, quanto ao estabelecimento das parcerias.

⇒ Objetivos

O objetivo principal deste programa é a criação de um sistema de comunicação e apoio entre as instituições envolvidas para fiscalização e atuação em questões inerentes aos serviços públicos municipais. Para tanto, fazem-se necessários os seguintes objetivos secundários:

- estabelecimento de rotinas de comunicação entre o empreendedor e as Prefeituras Municipais de Campinas e Indaiatuba;
- estabelecimento de rotinas para fiscalização do processo de uso e ocupação do solo;
- levantamento junto às comunidades afetadas, das prioridades de investimento social;
- apoio ao Plano de Atendimento à população diretamente afetada pelo empreendimento.

⇒ Principais Atividades

- Realização de reuniões iniciais para apresentação da proposta do programa e levantamento de expectativas das partes envolvidas;
- Definição das equipes de cada instituição envolvida, responsáveis pelo atendimento aos diferentes objetivos propostos, e formação de um grupo de trabalho;
- Levantamento das responsabilidades de cada uma das instituições envolvidas;
- Levantamento dos aspectos legais para desenvolvimento dos trabalhos do programa;

- Formalização de um convênio entre as instituições envolvendo a criação do programa e a institucionalização do grupo de trabalho responsável pela sua execução, bem como apontando as responsabilidades das partes envolvidas;
- Desenvolvimento de rotinas de comunicação dentro do grupo de trabalho responsável pela execução do programa e dos membros deste grupo de trabalho com os demais membros de suas instituições de origem;
- Desenvolvimento de sistemáticas e métodos de trabalho integrado e individualizado, para o cumprimento dos objetivos do programa;
- Execução das ações estabelecidas pelo grupo de trabalho;
- Monitoramento do uso e da ocupação do solo por meio de mapeamentos baseados em fotografias aéreas e imagens de satélite;
- Realização de reuniões periódicas de acompanhamento das atividades desenvolvidas e do cumprimento das metas estabelecidas.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

A coordenação das atividades do programa, até a montagem de um grupo de trabalho para a sua execução, será responsabilidade da Infraero. No entanto, a execução do programa é de responsabilidade do empreendedor, conjuntamente com representantes das Prefeituras Municipais de Campinas e Indaiatuba

⇒ **Cronograma**

Este programa deverá se iniciar no momento imediatamente anterior à contratação de mão-de-obra para as atividades de implantação e perdurar até a fase de operação do aeroporto ampliado. Durante a fase de operação o Programa será mantido por 2 anos, sendo posteriormente o grupo de trabalho criado, incorporado à estrutura organizacional das instituições envolvidas.

⇒ **Equipe Necessária**

A equipe responsável pelo programa será coordenado por um representante da Infraero, de preferência locado no próprio aeroporto. Este coordenador será o responsável por indicar outros membros da Infraero que atuarão na execução do programa, assim como solicitar às prefeituras seus indicados.

9.4.10) Programa de Adequação e Monitoramento de Interferências Urbanas

⇒ **Justificativa**

A ampliação de um aeroporto, com a magnitude como a que ocorrerá no Aeroporto de Viracopos, ocasiona profundas modificações nos sistemas urbanos do seu entorno. No presente caso, estas modificações podem ser observadas em impactos como a “Reestruturação do sistema viário local” e o “Risco de adensamento da ocupação de bairros do entorno”.

Portanto, este programa se faz necessário para, não só compensar, como também prevenir e corrigir eventuais impactos causados ou intensificados pelo empreendimento, como os citados anteriormente. Neste sentido o programa deve-se considerar não só a fase de implantação (realização das obras) como a fase de operação (da nova estrutura do aeroporto).

Por fim, há que se verificar também a necessidade de abertura e manutenção da comunicação com agentes envolvidos no suporte e operação de serviços de apoio à implantação e operação do empreendimento. Agilizando, assim, a tomada de decisões quanto a implantação de medidas relacionadas à infra-estrutura urbana e reduzindo o tempo de atuação sobre o problema e conseqüentemente no seu tempo de resolução.

⇒ **Objetivos**

O objetivo principal deste programa é identificar e corrigir eventuais sobrecargas sobre as infra-estruturas e serviços atualmente existentes na AID, de maneira a equacionar os problemas decorrentes desta sobrecarga. Para tanto, este programa necessita dos seguintes objetivos secundários:

- Implantar atividades de adequação da infra-estrutura;
- Monitorar a oferta e aumentos na demanda de serviços existentes na região em função da execução das obras;
- Implantar melhorias na infra-estrutura e nos serviços básicos, caso seja constatada sobrecarga sobre os mesmos.

⇒ **Principais Atividades**

Para o cumprimento dos objetivos, as principais atividades que serão desenvolvidas foram separadas em atividades de adequação e atividades de monitoramento e estão apresentadas na seqüência.

a) Atividades de Adequação

- Saúde: distribuição de material educativo sobre nutrição infantil e DST/AIDS junto às comunidades do entorno;
- Segurança Pública: discussão com as autoridades locais de segurança a definição de um plano de vigilância para o período de obras;
- Estradas: realização de levantamentos das estradas vicinais a serem afetadas pelo empreendimento e apontamento de alternativas a estas vias, implantação de sinalização indicando as obras e as alterações existentes nas vias.

b) Atividades de Monitoramento

- Selecionar os dados disponíveis nos órgãos envolvidos (saúde, tráfego e segurança pública) para serem utilizados como indicadores. Caso não existam os dados prontos, contratar equipe local para levantamento de campo sistemático.
- Preparar planilhas de dados por área de interferência (saúde, tráfego e segurança pública).
- Elaborar coleta de dados junto os órgãos envolvidos.
- Analisar os dados obtidos por área de interferência a cada semestre em forma de relatório.
- Elaborar pesquisa de opinião sobre a real interferência do empreendimento na infra-estrutura existente, junto aos atores sociais chaves.

- Caso seja constatada interferência, avaliar juntamente com atores sociais de cada área (saúde, tráfego e segurança pública), as necessidades de melhorias detectadas nas pesquisas, para posterior implantação das medidas de controle.
- Acompanhar e avaliar as ofertas e demandas de serviços públicos básicos.
- Elaborar e aplicar fichas de acompanhamento para avaliação das eventuais interferências urbanas nos órgãos competentes na AID.

⇒ **Coordenação, instituição e parcerias**

A coordenação deste programa será de responsabilidade do empreendedor, que deverá buscar firmar parcerias com órgãos municipais e estaduais responsáveis pelas infra-estruturas e serviços passíveis de serem afetados, para a obtenção de dados necessários aos monitoramentos.

⇒ **Cronograma**

A execução do programa deverá ser iniciada imediatamente antes da fase de implantação e se estenderá por 12 meses após o início da operação do empreendimento.

⇒ **Equipe Necessária**

A implantação deste programa ficará a cargo de um técnico de nível superior, que será seu coordenador e de um estagiário. Caberá ao coordenador do programa a definição dos consultores necessários para as ações específicas do programa.

9.4.11) PLANO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

No Plano de Gestão do Patrimônio Cultural estão incluídos dois programas ambientais, a saber:

9.4.11.1) Programa de Prospecção Arqueológica Intensiva

⇒ **Justificativa**

A obrigatoriedade de implantação deste programa está prevista na Portaria IPHAN Nº 230/2002 e na Resolução SMA Nº 34/2003, visto que a avaliação arqueológica realizada concluiu pelo alto potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e não foi considerada definitiva para a definição de presença ou ausência de sítios arqueológicos.

Por isso, considerou-se necessária a implementação de um programa de prospecção arqueológica que permita o levantamento arqueológico de toda a área de intervenção do empreendimento, com sondagens, de modo a prevenir qualquer tipo de dano a algum sítio eventualmente existente no local.

⇒ **Objetivos**

Os objetivos principais deste programa são prevenir a destruição de sítios e/ou ocorrências arqueológicas em decorrência das atividades necessárias à implantação do empreendimento, avaliar novos impactos não detectados na fase de diagnóstico e elaborar proposição de medidas de controle desses impactos.

⇒ **Principais Atividades**

Este programa deve contemplar as seguintes ações:

- Elaboração de projeto para o IPHAN, visando obtenção de permissão de pesquisa;
- Verificação arqueológica na ADA do empreendimento, a ser realizada por meio de caminhamento intensivo, com verificação de superfície e aplicação de sondagens eqüidistantes ao longo de eixos pré-determinados, para detecção de vestígios enterrados;
- Delimitação preliminar dos sítios arqueológicos porventura encontrados, observando-se a área de dispersão dos vestígios arqueológicos em superfície.
- Registro dos sítios arqueológicos porventura encontrados, junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN;
- Curadoria e análise do material coletado;
- Análise e interpretação dos dados;
- Elaboração de relatório técnico a ser encaminhado ao IPHAN com avaliação de novos impactos não detectados na fase de diagnóstico e proposição de medidas de controle desses impactos.

⇒ **Coordenação, Instituições envolvidas e Parcerias**

O programa de Levantamento Arqueológico deverá ser desenvolvido pelo empreendedor e coordenado por arqueólogo devidamente autorizado pelo IPHAN e receber apoio de uma instituição pública ou privada apta a receber a guarda de possíveis bens arqueológicos encontrados, de acordo com o disposto na Portaria IPHAN 07/88.

⇒ **Cronograma**

Este programa deverá ser implantado antes que ocorram quaisquer modificações físicas decorrentes da instalação do empreendimento, como remoção de vegetação ou movimentos de solo.

⇒ **Equipe Necessária**

A equipe mínima necessária para implantação deste programa será de 1 arqueólogo coordenador, 1 arqueólogo e 2 estagiários ou técnico de arqueologia e 8 ajudantes de campo.

9.4.11.2) Programa de Levantamento Histórico e do Patrimônio Histórico-Cultural dos Bairros de Friburgo e Helvetia e da Fazenda Estiva

⇒ Justificativa

O Aeroporto de Viracopos deverá ser expandido alcançando área de ocupação histórica comprovada e portadora de remanescentes construtivos de valor histórico e arquitetônico, como demonstrado no diagnóstico do patrimônio histórico e cultural da ADA.

Essas permanências culturais foram observadas nos bairros de Friburgo e Helvetia e na Fazenda Estiva e carecem de estudos mais detalhados para definição dos bens edificados mais representativos e que precisam ser preservados.

⇒ Objetivos

Este programa objetiva prevenir a destruição de bens histórico-culturais em decorrência das atividades necessárias à implantação do empreendimento e deve contemplar estudo e registro detalhado capaz de gerar diretrizes para a preservação e/ou conservação dos bens identificados e inventário dos bens patrimoniais de Helvétia.

O resultado deverá ser uma carta de zoneamento patrimonial do bairro Friburgo. Também poderão ser avaliados novos impactos não detectados na fase de diagnóstico e elaborar proposição de medidas de controle desses impactos.

⇒ Principais Atividades

Para tal, deverão ser executadas as seguintes ações:

- Levantamento do patrimônio histórico-cultural dos bairros de Friburgo e Helvetia e da Fazenda Estiva através de fontes secundárias, fontes primárias e inventário patrimonial detalhado.
- Identificação dos bens edificados situados na ADA.
- Inventário dos bens de interesse histórico-culturais encontrados;
- Tratamento dos dados levantados;
- Análise e interpretação dos dados;
- Elaboração de carta de zoneamento patrimonial de Friburgo.
- Elaboração de relatório técnico a ser encaminhado ao IPHAN e aos órgãos de preservação do patrimônio arqueológico dos municípios de Campinas e Indaiatuba, com proposição de medidas mitigatórias a impactos porventura diagnosticados.

⇒ Coordenação, Instituições envolvidas e Parcerias

O programa de Levantamento Histórico e do Patrimônio Cultural deverá ser desenvolvido pelo empreendedor e contar com o apoio dos órgãos municipais de preservação do patrimônio histórico e cultural das Prefeituras Municipais de Campinas e Indaiatuba.

⇒ **Cronograma**

Este programa deverá ser implantado antes que ocorram quaisquer modificações físicas decorrentes da instalação do empreendimento, como demolições ou movimentos de solo.

⇒ **Equipe Necessária**

Este programa deverá ser desenvolvido pelo empreendedor e contar com equipe mínima formada por 1 arquiteto e 1 historiador.